UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

ANDRÉ ALVES LEAL
YANE FERREIRA DA RESSURREIÇÃO

ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: O EXERCÍCIO FÍSICO COMO PROTAGONISTA

VITÓRIA - ES
2019

ANDRÉ ALVES LEAL
YANE FERREIRA DA RESSURREIÇÃO

ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: O EXERCÍCIO FÍSICO COMO PROTAGONISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito básico para conclusão do curso de Bacharel em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz dos Anjos.

VITÓRIA - ES
2019

ANDRÉ ALVES LEAL
YANE FERREIRA DA RESSURREIÇÃO

ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: O EXERCÍCIO FÍSICO COMO PROTAGONISTA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Educação Física - Bacharelado, do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Educação Física.

Aprovado em 26 de novembro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Luiz dos Anjos

Prof. Me Luis Irapoan Jucá da Silva

Profa. Dra. Marcela Bruschi

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Educação Física e Desportos
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário - Goiabeiras

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi realizar uma análise do estado da arte das publicações científicas brasileiras direcionadas às políticas públicas na área da saúde, com recorte provindo da Educação Física. Trata-se de uma revisão sistemática que seguiu as diretrizes da análise do estado da arte. Os descritores utilizados na busca foram: “promoção da saúde” e “políticas públicas de saúde”. Foram incluídos estudos publicados entre os anos de 2009 a 2019, publicados no Brasil cujo tema principal era política pública em saúde. A triagem inicial resultou em 356 estudos; após a aplicação dos critérios de inclusão, 16 (4,49%) estudos foram analisados na íntegra. Quanto aos temas principais abordados, 6 (1,68%) dos estudos tiveram como tema principal a políticas públicas no campo da saúde, 10 (2,80%), discutiram a promoção da saúde, tendo atividade física como protagonista. Para melhor compreensão dos mesmos, dividimos por temáticas: Formação do profissional de Educação Física na área da saúde; Participação/qualificação do profissional de Educação Física na saúde básica; Programas de promoção da saúde básica por meio de práticas corporais/atividade física. Concluiu-se pela constatação de uma relativa escassez de estudos desenvolvidos nessa temática, por ser a formação em saúde um tema pouco explorado pela academia e que precisa de parcerias e colaborações em pesquisas mais contundentes. A participação de estudantes e profissionais de Educação Física no SUS ainda é pequena se comparada as outras áreas da saúde. Entretanto, observamos um aumento significativo nas produções dos últimos três anos, tendo em vista a discussão acadêmica sobre a área, que buscam fomentar a produção de pesquisas cientificas e tecnológicas no campo do ensino da saúde.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Promoção da Saúde. Educação Física.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação do tipo de abordagem científica de 2009 a 2019 12

Tabela 2 – Divisão dos temas por blocos/temas 13

Sumário

1. INTRODUÇÃO 7

2. METODOLOGIA..... 11

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO 13

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 23

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 24

6. ANEXOS 25

QUADRO I – Produção na Revista Brasileira de Ciências do Esporte.....25

QUADRO II – Produção na Revista Journal of Physical Education (UEM) 26

QUADRO III – Produção na revista Movimento 26

QUADRO IV – Produção na revista Pensar a Prática 27

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo foi realizar uma análise do estado da arte das publicações científicas brasileiras direcionadas às políticas públicas na área da saúde, com recorte provindo da educação física. Tal finalidade, fundamenta-se no fato de que muitos dos trabalhos realizados sobre políticas públicas em saúde tendem a descrevê-las e/ou analisá-las, mas pouco se compreende acerca do processo de implementação dessas políticas o que poderia ser fundamental para o aperfeiçoamento da ação governamental.

Neste sentido, o artigo visa estimular o debate entre os dois campos – promoção de saúde e políticas públicas - entendendo-os como próximos e complementares conceitual e empiricamente, mas ainda distantes nas análises da literatura nacional na educação física.

Para que possamos alcançar os objetivos deste estudo, antes de tudo, vamos conceituar duas terminologias as quais nos dará singularidade neste estudo. Assim, *politicas públicas e promoção de saúde*, são dois conceitos que guardam semelhanças e distinções e, de acordo com os autores que vamos explicitar, nos fornecerá elementos para análises dos estudos posteriormente.

Para quê conceituar inicialmente? Os conceitos são construídos ao longo da história, trazendo contribuições significativas à construção do conhecimento. Considerados símbolos do que acontece no mundo dos fenômenos reais e instrumentos de trabalho para pesquisadores e profissionais, é necessário que sejam esclarecidos e definidos na perspectiva de serem utilizados com mais coerência, entendimento do seu sentido.

O conceito é considerado uma abstração que reflete o desenvolvimento de um determinado objeto e as considerações e debates que se faz sobre este. São dinâmicos, emergem e se transformam através de mais estudos, experiências e reflexões sobre significados e interpretações, sendo dependentes do contexto ao invés de universais.

Historicamente, o termo *política pública* foi introduzido por Lasswell ainda nos anos 1930, estabelecendo o diálogo entre cientistas sociais e governo, conforme Souza (2006**).** Seu estudo sistemático, no entanto, iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial e fortaleceu-se a partir das necessidades de ajustes fiscais a partir dos anos 1970 e 1980, voltado a compreender "o governo em ação".

Seu foco não se encontra na estrutura governamental, ou naquilo que os governos deveriam fazer, mas no que de fato fazem. Nesse sentido, Harold Lasswell, buscou "integrar o estudo da teoria política e das práticas políticas sem cair na esterilidade dos estudos formais, legalistas"

(HOWLETT; RAMESH, 2003**).** Com o desenvolvimento desses estudos, esse conceito passou a avaliar as políticas em termos de eficiência ou efetividade e o quanto os governos de fato direcionam seus esforços para atingir as metas estabelecidas.[1]

Outras conceituações para políticas públicas surgiram com o desenvolvimento do campo de estudo. Dye (1972**)** define-as como "qualquer ação que os governos escolhem fazer ou não fazer". Ainda que bastante imprecisa, porque pode abarcar tanto políticas de grande porte como a compra de material de escritório por parte de quem governa. Como apontaram Howlett e Ramesh (2003**),** essa conceituação chama atenção para um aspecto importante para as análises de políticas públicas: a noção de que a não ação é também uma escolha política. Por outro lado, a definição trata da ação governamental; atores não estatais não estão nela incluídos.

William Jenkins (1978), citado por Howlett; Ramesh (2003) sofistica o conceito, tratando política pública como um processo:

> um conjunto de decisões inter-relacionadas adotadas por atores políticos ou grupo de atores voltados para a seleção de objetivos e meios para alcançá-los dentro de uma específica situação onde aquelas decisões devem, em princípio, estarem ao alcance do poder daqueles atores (p.6).

Isso significa que o autor acrescenta ainda o fato de que as decisões dos atores políticos estão submetidas às capacidades institucionais a ele disponíveis, de modo que os seus objetivos possam de fato ser alcançados; as políticas públicas são por eles definidas. Portanto, política pública não envolve apenas decisões de atores governamentais, mas também decisões que possam ser delimitadas.

Não saturando pela constante citações de autores que analisam e discutem esse termo, podemos tirar uma lista de questões atinentes às análises de políticas públicas, quais sejam: a) quais os grupos atendidos; b) a inserção da educação física e suas intervenções; c) a discussão dos conceitos de saúde e exercício físico; d) espaços ocupados para alcance da saúde; e) fatores que influenciam os praticantes da politica pública bem como a proposta da própria política/projeto, entre outros.

A partir dessas questões, fica claro que descrever as produções pertinentes às políticas públicas pela educação física brasileira, traduz uma etapa importante para a compreensão,

contudo está longe de dar conta dos diferentes aspectos que a envolvem, seja na sua definição, implementação ou avaliação.

Outro conceito o qual o estudo irá debruçar, trata-se da terminologia *promoção de saúde*, o qual é pertinente para análise pela sua relevância para a educação física, disciplina de intervenção tida como promotora da saúde. Inicialmente, conceituamos que promoção da saúde é - processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação nesse processo. Tal conceituação encontramos na Carta de Ottawa, em 1986, como nos explica Lopes et al. (2010): trata-se, antes de tudo de uma

> "[...] saúde pública inclusiva, levando em conta os determinantes do processo saúde-doença-cuidado, na busca por eqüidade e justiça social. Este documento adota o conceito positivo de saúde enfatizando que "a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem estar global".7:20 Logo, esse documento preconiza as condições e os recursos para a saúde, que são: "paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e eqüidade" (p.463).

O conceito promoção de saúde, existe em larga escala e com amplas distinções entre os autores. Inicialmente, podemos citar Sicoli e Nascimento (2003), os quais entendem que [...] promoção de saúde envolve, segundo Cerqueira (1997), duas dimensões: a conceitual – princípios, premissas e conceitos que sustentam o discurso da promoção de saúde - e a metodológica – que se refere às práticas, planos de ação, estratégias, formas de intervenção e instrumental metodológico (p. 102).

Os autores Sicoli e Nascimento (2003) ponderam que ainda persistem controvérsias na definição/conceituação da promoção de saúde e confusões relativas a seus limites conceituais com a prevenção, desde a década de 1980 muitos autores vêm procurando desenvolver, clarificar e disseminar o discurso da promoção.

Pensamos que o nosso estudo envolve dois conceitos amplos: políticas públicas de saúde e promoção da saúde; o qual discutimos agora, e que precisam ser delimitados para melhor compreensão do que queremos e possamos, ao fim, concretizar o que buscamos nas análises dos artigos publicados acerca deste conceito.

Contudo, se promoção de saúde está bem delimitado, conforme Cerqueira (1997) no que permite entendê-lo conceitualmente, o mesmo não pode ser dito quanto à dimensão metodológica da promoção. Apesar de os princípios estarem razoavelmente desenvolvidos,

permanece a dificuldade de traduzi-los em práticas coerentes, a ponto de as raras práticas que privilegiam a “nova promoção da saúde” se encontrarem ainda dispersas e desarticuladas.

Parte desses argumentos foi reforçada por Minayo et al. (2003), quando afirmaram que:

> A articulação entre diferentes campos de saber só é possível se passar por traduções das distintas lógicas e critérios de cientificidade, de uma hermenêutica do modus operandi de cada metodologia e da arquitetura dos conceitos que cada teoria de referência apresenta. Sem esse metadiálogo, os praticantes das diferentes tradições científicas estarão restritos ao infrutífero debate dos limites desse ou daquele conceito e de sua operacionalização ou se reduzem a justapor métodos (Minayo et al., 2003, p. 104).

Preocupados com essa lacuna procuramos analisar as experiências de políticas públicas de intervenção da educação física, analisando artigos publicados em quatro periódicos da educação física brasileira.

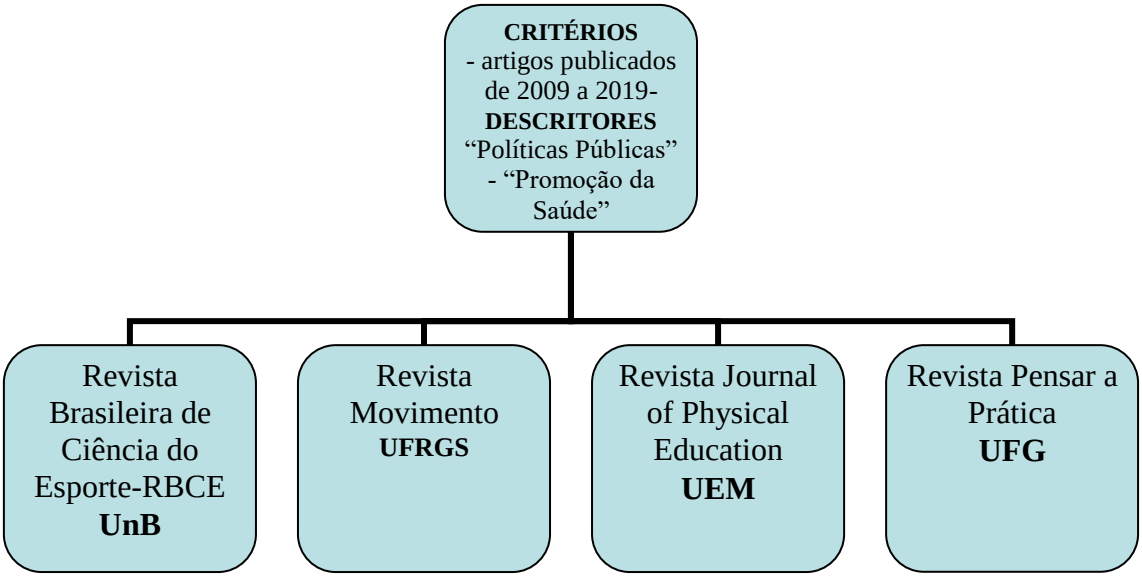
2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão do tipo bibliográfico, que analisou pesquisas que envolvessem políticas públicas de saúde no contexto da educação física. A pesquisa bibliográfica se caracteriza como uma fonte importante de informações, contribuindo para a construção do saber, como a atividade intelectual e o conhecimento cultural. Ocupando lugar de destaque entre as demais, ela é um conjunto de conhecimentos das mais variadas obras, que proporciona ao leitor ferramentas para a elaboração de pesquisas futuras **(**FACHIN, 2006**).** Como critérios de inclusão para compor esse estudo bibliográfico, optou-se por considerar como relevantes apenas os artigos publicados em periódicos nacionais no campo da Educação Física. Estes periódicos avaliados pela CAPES apresentaram qualificação (A1, A2, B1 e B2).

Os periódicos/revistas científicas analisadas foram: a) Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) (B1) editada sob responsabilidade institucional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE); b) Revista Movimento (A2) é uma publicação da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; c); A Revista da Universidade Estadual de Maringá (UEM) (A2) publica artigos originais na área de Saúde; d) Revista Pensar a Prática (B2) publica artigos relacionados ao Campo Acadêmico-Profissional da Educação Física é editada sob a responsabilidade institucional da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás.

Na busca eletrônica na base de dados resultou em 356 estudos selecionados. Conforme os critérios de inclusão e exclusão, 32 estudos foram analisados na íntegra, dos quais 16 foram excluídos por não apresentarem dados suficientes e/ou originais para determinação da relação causal do estudo, ou ainda não estavam disponíveis na integra. Portanto, 16 foram sistematicamente analisados. O mapeamento proposto acerca da relação entre saúde e atividade física, torna-se pertinente na medida em que evidenciamos o aumento na produção e discussão em torno da legitimação da educação física no campo das políticas e ações do sistema público de saúde do Brasil. Os periódicos escolhidos são reconhecidos na área da Educação Física, os mais bem avaliados pela Capes no último quadriênio. Os descritores utilizados na busca foram políticas públicas e promoção da saúde no período 2009 a 2019.

Figura 1: Critérios de busca na base dados específicos em novembro de 2019:



Fonte: Leal; Ressurreição (2019)

Na ***Revista Brasileira de Ciências do Esporte - RBCE (UnB)*** encontramos 75 artigos sobre políticas públicas, dos quais 4 foram selecionados; em relação à promoção da saúde foram localizados 63 artigos, destes 2 foram escolhidos. Na revista ***Journal of Physical Education (UEM)*** foram encontrados 12 artigos que tratavam de políticas públicas, dos quais nenhum atendiam aos nossos objetivos, em sua grande maioria relacionavam essas políticas com a área do esporte e do lazer, bem como, com temas transversais, que não o da saúde. No descritor promoção da saúde foram encontrados 10 artigos, dos quais apenas 1 foi escolhido. Na revista ***Movimento (UFRGS)*** dos 74 artigos encontrados, no descritor políticas públicas 18 foram selecionados e 1 foi escolhido; no descritor promoção da saúde foram encontrados 25 trabalhos e 4 selecionados. No descritor políticas públicas foram encontrados 61 artigos dos quais apenas 1 foi selecionado; já no descritor promoção de saúde foram encontrados 36 artigos e apenas 3 foram selecionados na revista ***Pensar a Prática (UFG)***. Com relação à data de publicação de todos os trabalhos reunidos, destacam-se os anos de 2018/2019, ambos com 4 trabalhos. O quantitativo de trabalhos publicados é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação do tipo de abordagem científica de 2009 a 2019

Abordagem	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Políticas Públicas	-	-	0	1	-	-	-	-	2	1	2
Promoção da Saúde	-	-	2	1	-	1	1	2	1	-	2
Total de trabalhos	-	-	2	2	-	1	1	2	3	1	4

Fonte: Leal; Ressurreição (2019)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os trabalhos identificamos variados temas como: discussão acerca da importância do professor de Educação Física nas políticas de saúde; a formação profissional (lacunas na formação e necessidade de contemplar referências da saúde coletiva); implementação das políticas de saúde; abordagem de experiências diversificadas e a inserção da Educação Física em programas de saúde diversos (CAPS, PSE, PECs, ESF), o papel da academia nesse processo para fomentar pesquisa e extensão nesta área. Neste sentido, dividimos os assuntos abordados nos textos em três temáticas, para melhor compreensão dos resultados.

Tabela 2 – Divisão dos temas por blocos/temas

Tabela 2 – Divisão dos temas por blocos/temas

Temáticas	
Formação do profissional de educação física na área da saúde	HEROLD JUNIOR (2017) DAMICO; KNUTH (2014), MATSUO; VELARDI; MIRANDA (2011) OLIVEIRA et al (2012)
Participação/qualificação do profissional de educação física na saúde básica	FERREIRA; DAMICO; FRAGA (2017) LIMA et al (2019), PEDROSA; LEAL (2012), SILVA et al (2011), ABADE; GOMES (2016) OLIVEIRA; MARTINS; BRACHT (2015)
Programas de promoção da saúde básica por meio de práticas corporais/atividade física	FRIZZO; SOUZA (2019), CARVALHO; CARVALHO (2018), VANIER; GOMES (2017), MACIEL et al (2019), CARVALHO (2016), AZEVEDO FILHO (2019)

Fonte: Leal; Ressurreição (2019)

Dentro da temática “Formação do profissional de Educação Física na área da saúde” os estudos apontaram que o campo da EF com o foco na produção de cuidado em saúde, deva ir além das dimensões orgânicas, principalmente com a incorporação da saúde coletiva na produção acadêmica da área. Por outro lado, os dados apontam para o não direcionamento dos cursos de graduação em educação física para a área da saúde. Logo, constatou-se que grande parte dos cursos de educação física não abordam o tema saúde como deveria, sendo as disciplinas ofertadas com carga horária menor, ou não são valorizadas. De modo geral, é recente a inserção da educação física no SUS, assim como a discussão acadêmica voltada para esta área.

Na resenha elaborada por Harold Junior (2017) sobre a coletânea intitulada “As práticas corporais no campo da saúde” (Fraga, Carvalho e Gomes, 2013), por exemplo, aponta que o objetivo desses autores foi a construção de “críticas ao predomínio da racionalidade

biomédica na educação física”. Nos capítulos que se segue apresentam conceitos principais como política, saúde, saúde coletiva, sistema único de saúde, práticas corporais e educação física. Em sua grande parte as discussões se encaminharam para a relação da educação física no campo da saúde coletiva, que não deve se limitar a tradição biomédica, mas envolve aspectos outros, e são estes que eles estão tentando desvendar.

Damico e Knuth (2014) observaram as noções de atividade física e práticas corporais, associadas ao campo da saúde, a partir de disputas "científicas" que demarcam o tema. A intenção dos autores em elaborar este texto é a de inscrever o tema das atividades físicas/práticas corporais sob o olhar das relações de poder-saber, em torno de certos aspectos do processo de produção de um conhecimento singular (o conhecimento científico), no âmbito das políticas e práticas de promoção da saúde, levando em conta a posição de um saber fazer tido como específico (o do núcleo da educação física), no contexto das práticas de saúde que têm como foco de sua ação o corpo e o movimento. Para eles “a hibridização dos conceitos na prática é algo ainda pouco suspeitado e afirmado nas instâncias acadêmicas. Os jogos de interesses colocam um dos termos como difundido pela mídia, potente nas publicações, mas pobre enquanto possibilidade de emancipação dos sujeitos para sua saúde e condição de vida”, “outro termo seria mais robusto em termos de significados, de trajetórias e não simples de visualizar no encontro com a singularidade dos sujeitos.”

Matsuo et al (2011) apresentou uma reflexão acerca da subjetividade envolvida no trinômio saúde, doença e velhice, quando se tem em mente uma prática em Educação Física coerente com o ideário da Promoção da Saúde. Para tanto, utilizou-se a pedagogia freireana como suporte teórico para a atuação prática quando se objetiva a promoção da saúde. Neste sentido, os autores fizeram uma discussão acerca do entendimento da educação enquanto agente promotor de saúde, tendo como referencial a promoção de saúde (CZERESNIA, 2003; FREIRE, 1996, 2003 GEREZ et al., 2007; VELARDI, 2003, FARINATTI, 2006), ampliação do conceito de saúde pelo movimento de promoção de saúde, complementa a discussão com dados de um número crescente de projetos embasados na perspectiva da promoção da saúde que a relaciona com a prevenção de doenças; mostra uma visão da saúde com caráter multifatorial para além do paradigma biomédico; aponta o entendimento da saúde de uma maneira mais ampla, e não mais como dependente do conceito de doença; considera a saúde como uma entidade plurifatorial, resultante de ações individuais e coletivas na resolução de problemas de ordem biológica, psicológica e social; conclui-se que a educação física possa contribuir para a promoção de saúde dos idosos por meio de um processo subjetivo da

concepção de saúde facilitando a aprendizagem de novos conhecimentos com relação a sua saúde, suas capacidades e limitações.

Oliveira et al (2012) baseado em um texto publicado em um jornal de grande circulação os autores, examinaram a ideia em torno da relação entre saúde, obesidade e exercício, investigaram o discurso sobre saúde, notadamente no que se refere à obesidade e ao sedentarismo, ambas têm sido considerados dois dos grandes vilões da Saúde Pública. A produção do texto, vos pareceu, que pouco tem contribuído para as intervenções em saúde pública, mas, antes, para robustecer as discriminações. Assim, a atividade física desenvolvida para esses sujeitos, não devem estar centradas apenas nos aspectos biológicos, mas sim na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, o que remete a outros princípios básicos da saúde pública.

Sendo assim, a inclusão do curso de educação física, além de estar alicerçado no mesmo princípio que sustenta o trabalho multiprofissional nos serviços, também potencializa as estratégias de reorientação da formação nas universidades, tendo em vista abrigarem cursos bem mais antigos do que o próprio SUS e, não raras vezes, resistirem às mudanças necessárias. As ponderações tocante às ações da Educação Física neste campo foram direcionadas para a intervenção clínica, para a prevenção ou para a promoção da saúde (ANJOS; DUARTE 2019).

Seguindo com a discussão, na temática “Participação/qualificação do profissional de educação física na saúde básica”. A presença sistemática da Educação Física no campo da saúde pública ainda é relativamente recente, de modo que a participação do profissional de educação nesses programas também o é. Os trabalhos pontuaram que a discussão sobre saúde no Brasil, iniciou-se por volta de 1970 e se intensificaram a partir de 1980 com o processo de redemocratização do país (BUSS; CARVALHO 2009). Em 1990 foi criado o Programa Saúde da Família, primeiro programa a se inspirar e operar com preceitos de programa, depois transformado em Estratégia (ESF), a qual é a principal aposta de reorientação do modelo assistencial em saúde. Organizada em equipes multiprofissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no território, a ESF valoriza as ações de promoção e proteção da saúde, prevenção das doenças e atenção integral às pessoas no ambiente em que vivem, favorecendo a compreensão ampliada do processo saúde/doença (ANDRADE; BARRETO; BEZERRA 2006). Por outro lado, a atuação desses profissionais nestes programas estão ainda vinculadas as áreas biológica ou fisiológica centrada nos aspectos biomédicos. Como

consequência, o papel/atuação da Educação Física estaria relacionado somente às aulas práticas de exercícios, palestras e consultorias.

Ferreira; Damico; Fraga (2017) trataram do processo de inserção dos trabalhadores de educação física no cotidiano de uma equipe multiprofissional de saúde mental, por meio de um estudo de caso e, apontaram que a configuração das tipologias e finalidades, os modelos de organização e do agir das equipes em saúde, têm se tornado objeto de estudo e discussão para muitos autores (PEDUZZI, 2000, 2001; SILVA, 2004, CECCIM, 2004, CARDOSO E HENNINGTON, 2011, FURTADO ET AL., 2015). Tais mudanças nos modos de ver e lidar com o cuidado impactaram os mais diferentes recantos do campo da saúde, fizeram emergir um novo repertório conceitual para a compreensão dessa rede cada vez mais extensa e complexa. Destacam ainda que o cuidado em saúde não é apenas a atenção do sistema de saúde ou um procedimento técnico em saúde, mas sim uma ação integral que remete a compreensão da saúde como "direito de ser", pois cuidar em saúde é respeitar a diferença, a singularidade do sujeito, torná-lo agente do seu próprio cuidado a ponto de ele mesmo ter condições de escolher quais dispositivos quer acessar. As análises indicaram que a posição da educação física na equipe depende da trajetória de cada um dos profissionais e do modo como o trabalhador de educação física se coloca. Concluíram que o trabalho pautado pela composição favorece práticas de cuidado que potencializam a intervenção antimanicomial e a vida do "lado de fora" dos serviços.

Lima et al (2019) identificaram a percepção de idosos de um grupo de convivência acerca do papel do profissional de educação física e os motivos de adesão à prática de atividade física. O texto cita que envelhecimento saudável é uma concepção necessária para a promoção da saúde e a prevenção de agravos, de doenças crônicas não transmissíveis e de incapacidade funcional, o que tem repercutido em altos índices de morbidade e mortalidade dos idosos nos países de média e baixa renda (World Health Organization, 2015; Wu et al., 2015). Aponta ainda que os benefícios da prática de AF estão demonstrados na literatura nacional e internacional e são ressaltados pelas diretrizes de saúde, que recomendam pessoas acima de 60 anos praticar, em média, 150 minutos por semana de AF (Lima et al., 2015; American College of Sports Medicine, 2007; American College of Sports Medicine, 2009; Keevil et al., 2016). Contudo, o início e a adesão à prática de AF pelos idosos podem estar relacionados a fatores como: promoção da saúde, bem-estar, gosto pela AF, socialização, entre outros (Eiras et al., 2010). Os resultados obtidos por meio de entrevistas individuais com 14 idosos que praticam atividade física no grupo por no mínimo dois anos, identificou-se que os idosos

outorgam ao professor um papel central no grupo, que se estende para além da competência técnica, ao compreendê-lo como: condutor do grupo, conhecedor dos idosos, promotor de saúde, articulador do grupo, educador, comunicador, mediador de conflitos. A relação estabelecida com o profissional de educação física pode influenciar na motivação que permeia a adesão dos idosos a prática de atividade física.

Pedrosa e Leal (2012) analisaram a percepção dos médicos e enfermeiros do Programa da Estratégia de Saúde da Família (ESF), sobre a inserção do profissional de Educação Física na Atenção Básica à Saúde. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado a partir de entrevistas em profundidade, de cunho etnográfico. Tal programa foi proposto pelo Ministério da Saúde que tinha como objetivo orientar a organização da Atenção Primária à Saúde no país, denominada de Atenção Básica. Como forma de ampliar o programa fora proposto aumentar o número de profissionais de diferentes áreas de conhecimento que atuem em conjunto com aqueles das ESF, no total de 13 ocupações, sendo "Profissional da Educação Física" uma delas. A constatação dos autores, foi que os participantes do estudo têm posicionamento favorável à inserção dos profissionais de Educação Física na ESF e que consideram necessário repensar a formação profissional para que suas ações sejam efetivas. Dentre os principais problemas pontuados pelos entrevistados, no trabalho da ESF estão a necessidade de uma formação continuada e o baixo número de profissionais.

No estudo realizado por Silva et al (2017), caracterizou-se o perfil e as atividades desenvolvidas pelos Profissionais de Educação Física (PEF) nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Estes espaços foram regulamentados por uma política de saúde mental, garantindo aos seus usuários acesso e direito à assistência a sua integralidade. Com essa nova forma de conceber o atendimento a estes pacientes o Profissional de Educação Física (PEF) passou a integrar a equipe multiprofissional. Conforme consta na Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2006), o PEF no campo da saúde, em especial no âmbito do SUS, tem atribuições nas ações na rede básica de saúde e na comunidade. Os resultados obtidos apontaram que os PEF não receberam em sua graduação nenhuma formação relacionada à saúde mental, a atuação dos PEF envolve práticas variadas como atividades esportivas e recreativas, ministradas nas dependências dos CAPS e em espaços públicos, que não enfatizam o aspecto biopsicossociais da promoção da saúde. Por fim, recomendam estudos mais profundos sobre a atuação dos PEF nos CAPS, e que tais ações possam atingir as autoridades responsáveis.

Abade e Gomes (2016) discutiram o entendimentos de saúde, promoção de saúde e de lazer de acadêmicos de Educação Física atuantes num projeto de extensão universitário. Estes autores apresentam promoção de saúde como conceito que engloba conhecimentos e práticas relacionadas à dimensão biológica do corpo, como movimentos sociais e culturais que circundam os sujeitos, sendo um conjunto de ações capazes de atuar sobre os determinantes da saúde, extrapolando a prestação de serviços clinico assistenciais, supõe ações inter setoriais. Os resultados evidenciaram que a saúde e a promoção da saúde foram compreendidas, em grande parte, como geradoras de bem-estar, qualidade de vida, melhoria e manutenção da saúde, não se limitando à "ausência de doenças", sendo importante aliar teoria e prática na abordagem da saúde.

Oliveira; Martins; Bracht (2015) abordaram a educação para a saúde em escolas públicas no município de Vitória/ES a partir do Programa Saúde na Escola (PSE) e suas relações com a Educação Física (EF). Instituído através do Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 o PSE consiste em um programa de ação intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, que "tem [a] finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde" (BRASIL, 2007). Os dados produzidos evidenciaram que EF não foi citada diretamente nos documentos do PSE, mas que existe relação no seu desenvolvimento contribuindo na educação para saúde. Evidenciaram também que há pouca clareza por parte dos profissionais da educação e da saúde sobre como implementá-lo, o que indica a necessidade de formações que capacitem esses agentes a desenvolverem as ações previstas no programa. Concluíram que poderia ocorrer uma maior aproximação dos agentes escolares entre eles, e deles com as unidades básica de saúde. Segundo suas análises os professores de educação física poderiam participar como mediadores desse processo, quando compreendessem as ações do programa a serem desenvolvidas.

González (2015, p.69) partindo do pressuposto de que a tradição de nossa área pouco dialoga com o conceito de saúde e os princípios que orientam o SUS, aponta como desafio, pensar o papel das práticas corporais e, de forma mais específica, as potenciais possibilidades de atuação dos profissionais da Educação Física neste contexto. Pois, o modelo de saúde afirmativa que inspira o SUS abre grandes possibilidades para atuação dos profissionais da Educação Física que se desafiem a pensar a intervenção com e nas práticas corporais para além da dimensão orgânica e comportamental. É importante reconhecer a crescente relevância

das PC e AF voltadas para a saúde como um fato social complexo presente na vida cultural contemporânea.

Enfim, a última temática trata dos “Programas de promoção da saúde básica por meio de práticas corporais/atividade física”, que busca a reflexão sobre o processo de institucionalização e fortalecimento das práticas corporais como ações de promoção de saúde na atenção básica. Este conjunto de ações defende a necessidade do campo da Educação Física considerar a complexidade e as especificidades do campo da saúde Pública em suas intervenções profissionais. Em oposição, percebe-se uma incoerência assistencial na disponibilidade do setor de saúde pública à população, havendo a necessidade de ampliação de cargos públicos para provimento de profissionais especializados para atuarem com práticas corporais em diversos espaços, possibilitando não só a continuidade das propostas, mas com avaliação desses programas, buscando a efetividade de suas ações.

Frizzo e Souza, (2019) analisaram o paradigma da aptidão física e da promoção da saúde como perspectiva da Educação Física (EF), a partir das diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que regulam a EF em âmbito internacional. Dois aspectos são destacados nessas Diretrizes: o caráter da EF na formação dos indivíduos e a relação causa-efeito da atividade física e saúde. O caráter da EF na formação dos indivíduos e a relação causa-efeito da atividade física e saúde. A partir da análise documental como procedimento metodológico e de categorias científicas e filosóficas da Economia Política, como capital, trabalho e mercadoria, realizaram uma investigação da relação entre as políticas públicas e a reestruturação produtiva oriunda do agravamento da crise econômica e social que vivenciamos neste período histórico. Ao analisarem o paradigma da aptidão física e da promoção da saúde como perspectiva da EF a partir das diretrizes da UNESCO que a regulam em âmbito internacional, identificaram, que tais diretrizes buscam estabelecer marcos políticos para que as nações vinculadas a essa organização desenvolvam um mesmo projeto de sociedade baseado na regulação de mercado e na produção de mercadorias, incluindo a força de trabalho. Portanto, mais importante do que realizar atividades físicas é aprofundar os conhecimentos das práticas corporais.

Carvalho (2018), no ensaio de caráter reflexivo a respeito do lugar da Educação Física na Saúde Coletiva/Saúde Pública, problematizou os diferentes modos de “ocupação” do campo acadêmico e dos serviços de saúde, com as práticas corporais para identificar o lugar da educação física na saúde pública. Como resultado constataram que as práticas corporais se fazem cada vez mais presente nos serviços de saúde e que buscam outros benefícios para além

do que se pode observar e mensurar. Não conceituam políticas públicas, mas, entendem que são necessárias para sistematização de programas que integrem práticas corporais no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), em especial na Atenção Básica.

No estudo realizado por Vanier e Gomes (2017), investigou-se como os usuários obesos de um programa de educação em saúde de Vitória/ES lidam com as informações recebidas**.** Para tanto, usou-se como instrumento entrevistas e observação dos participantes. Como resultado, os dados mostraram que esses indivíduos se conformam com o que lhe são apresentados como hábitos saudáveis. Os autores utilizaram os conceitos de (Bauman, 1999, 2001; Goellner, 2003; Ortega, 2003...) para explicar tais resultados. Nessa perspectiva citam o aumento do número de ações educativas governamentais na área da saúde pública por meio de políticas e programas de saúde voltados para a prevenção e promoção de saúde da população brasileira, mas não conceituam esses termos, apenas relatam para que serve essas estratégias. Finalizam o estudo com a compreensão de que as relações sociais materializadas no cotidiano em que as práticas de saúde são produzidas e articuladas entre os diferentes sujeitos do processo de produção do saber (especialistas, funcionários e comunidade) se tornam um território propício para a formação e (re) configuração de modos de vida frente às ações e normas “duras”, generalizantes e biologizantes presentes nesse contexto. Mas que devemos romper com esses paradigmas, por meio da prática em saúde.

O foco do estudo Maciel et al (2019) foi realizar uma análise discursiva da temática promoção da saúde considerando o corpus, o discurso do profissionais de educação física e alunos do Programa Academia da Cidade de Belo Horizonte/MG. Fazem menção a políticas públicas de saúde como estratégia para a promoção da saúde. Identificaram que o modelo mental do discurso biomédico, ao buscar o controle social quanto à concepção e à prática de saúde, acaba por naturalizar a proposta de um estilo de vida idealizado como saudável, gera formas sofisticadas de ocultação da responsabilidade do poder público de promover condições dignas de vida à população. Concluíram que há um discurso hegemônico sobre a promoção da saúde que norteia a representação social construída a respeito da temática que podem levar a visões simplistas que buscam a naturalização dos sistemas de significação das representações sociais analisadas.

Com esse trabalho Carvalho (2016) defende que as práticas corporais e atividades físicas que são ofertadas na Atenção Básica (AB) do Sistema Único de Saúde, não se resumam apenas a atividades de prevenção das doenças crônicas não transmissíveis, sem desconsiderar a importância de tais ações. A Política Nacional de Promoção da Saúde reconheceu as práticas

corporais e atividade física, como ações específicas, no SUS, tais como a realização de ações eminentemente preventiva. Assim, as práticas corporais e atividades físicas são compreendidas num sentido mais amplo, destacando-se o encontro, a convivência, a formação e fortalecimento de grupos sociais nos territórios ao criar e/ou aumentar o vínculo entre os sujeitos e destes com os trabalhadores e serviços de saúde. Neste aspecto, para a inserção efetiva da prática corporal neste espaço faz-se necessário a articulação das perspectivas sociais, culturais, econômicas e políticas, além das biológicas, no processo saúde-doença e na realização das PC e AF como hábitos de vida, devem trazer não só benefícios biológicos, mas também devem propiciar o aumento do círculo social de convivência, de compartilhamento de objetivos, aflições, soluções e respostas para as mais variadas situações que a vida apresenta.

Azevedo Filho et al (2017) avaliaram as percepções dos idosos sobre a prática da atividade física nos Pontos de Encontro Comunitário (PECs) do Distrito Federal, e se proporcionavam alterações nos estados de humor, na socialização e na qualidade de vida de idosos a partir dos 60 anos. Como estratégia utilizaram estudo do tipo quantitativo, transversal e descritivo. Os espaços ocupados por estes idosos foram criados tendo em vista a necessidade de desenvolver formas mais saudáveis de vivência e também para atender ao programa Brasil Saudável, do Ministério da Saúde, com a ideia de fortalecer as ações de promoção da saúde e produção do cuidado da população, principalmente as voltadas para as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) (Brasil, 2013). Os resultados obtidos, com amostra de 119 idosos, encontraram medidas sociodemográficas, de humor e referentes às atividades físicas, ao processo de socialização e à qualidade de vida, e concluíram-se que nessa amostra houve uma predominância do sexo masculino (51,3%), de sujeitos casados (61,3%) com aumento nas percepções quanto às medidas de qualidade de vida e baixos índices em quadros ansiogênicos mínimos (86%) e ausência de quadros depressivos (74,8%). Percebeu-se que os Pontos de Encontro Comunitário atingem o seu objetivo, segundo a percepção do grupo avaliado, que é o de socializar as pessoas idosas e trazer benefícios para a saúde.

Não obstante, podemos concluir que houve um aumento na oferta de práticas corporais e atividade física em diferentes programas da atenção básica, propiciando acesso a essas práticas. Outros estudos convergiram seus esforços no debate sobre a inclusão e o conhecimento necessário para o professor de Educação Física vir a atuar no SUS, e apontaram que a atividade física é importante nestes programas.

Os programas criados ainda não foram suficientes para atender as demandas populacionais, e está longe de alcançar resultados contundentes, pois os profissionais de educação ainda não

conseguiram direcionar seu trabalho para além dos aspectos biologistas (CARVALHO, 2016). Esse desafio envolve arranjos outros da gestão pública, empoderamento da população, capacitação, acesso à informação, para que haja maior envolvimento dos cidadãos, de modo que participem e mobilizem a elaboração de políticas públicas saudáveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi realizar uma análise do estado da arte das publicações científicas brasileiras direcionadas às políticas públicas na área da saúde, com recorte provindo da educação física nos principais periódicos da área. Percebe-se que ouve várias publicações acadêmicas sobre a temática, sobretudo nos últimos três anos. Identificamos a implementação de programas de promoção da saúde, com a participação limitada do profissional de Educação Física.

Nessa conjuntura, programa de práticas corporais/atividade física direcionada à população deve estar apoiada em processos educativos que vão além da transmissão de conhecimentos. Ela deve estar focada no enfrentamento das dificuldades, no fortalecimento da identidade e na incorporação de soluções criativas e saberes saudáveis. Avaliar programas, projetos e serviços que se propõem a atuar na consolidação de políticas de formação mais abrangentes, potencializando os espaços de inserção das práticas corporais com vistas à promoção da saúde, ou seja, com um enfoque mais participativo e democrático, poderá resultar na ressignificação das competências e habilidades dos profissionais da saúde (OLIVEIRA, 2018). Por mais críticas que se faça a prática corporal, principalmente por unir duas compreensões distintas, respectivamente, cultural e biológica, é ela que tem dado legitimidade à existência do profissional de EF na saúde.

Por fim, entendemos que o professor de Educação Física pode contribuir para a multidisciplinaridade, para da promoção, proteção e recuperação da saúde, ao compreendermos a saúde coletiva e o papel da atividade física nesse âmbito. Logo a academia possui papel de destaque na formação desses indivíduos que atuarão nesses programas. Para tanto, devemos ocupar esses espaços e oferecer serviços de qualidade, isso será possível com uma gestão pública que considere a melhoria na qualidade de vida, por meio da prática corporal/atividade física produzindo uma rede de corresponsabilidade pelo bem-estar global.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. O. M.; BARRETO, I. C. H. C.; BEZERRA, R. C. Atenção primária à saúde e estratégia saúde da família. In: Campos G. W. S.; MINAYO M. C. S.; AKERMAN M. DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y.M.; organizadores. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco; 2006. p. 783-836.

ANJOS, T. C.; DUARTE, A. C.G.O. A educação física e a estratégia de saúde da família: formação e atuação profissional. Physis - Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1127-1143, 2009.

BUSS, P.M., CARVALHO, A.I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). Cien Saude Colet 2009; 14(6):2305-2316

CERQUEIRA, M T. Promoción de la salud y educación para la salud: retos y perspectivas. In: Organización mundial de la salud. La promoción de la salud y la educación para la salud en América Latina: un análisis sectorial. Genebra: Editorial de La Universidad de Puerto Rico, 1997.

DYE, T. R. Understanding public policy. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 197

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONZÁLEZ, F. J. Práticas corporais e o sistema único de saúde: desafios para a intervenção profissional. In: Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação [recurso eletrônico] / Ivan Marcelo Gomes, Alex Branco Fraga, Yara Maria de Carvalho, organizadores. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p. 69. : il. –

HOWLETT, M.; RAMESH, M. Studying public policy: policy cycles and policy subsystems. 2. ed. Toronto: Oxford University Press, 2003.

LOPES, M. S. V.; SARAIVA, K. R. O.; FERNANDES, A. F. C.; XIMENES, L. B. ANÁLISE DO CONCEITO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE. Revista Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2010. In: http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n3/a07v19n3.pdf. Acesso em: 03.11.2019.

MINAYO, M. C. S. et al. Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 97-107, 2003.

OLIVEIRA, R. C. Educação física, saúde e formação profissional Physis: Revista de Saúde Coletiva 2018 journal-article.

OLIVEIRA, V. Elias. Saúde Pública e Políticas Públicas: campos próximos, porém distantes. Revista Saúde e Sociedade. In: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n4/1984-0470-sausoc-25-04-00880.pdf. Acesso em: 02.11.2019.

SÍCOLI, J. L., NASCIMENTO, P. R. Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. In: Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v.7, n.12, p.91-112, 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

6. ANEXOS

QUADRO I – Produção na Revista Brasileira de Ciências do Esporte

Título do artigo	Ano, Pub. e N°.	Autores	Instituição	Descritor
Entre ações e discursos: a recepção dos usuários às informações de um programa de educação em saúde da rede pública na cidade de Vitória/ES	V. 39. N. 3. P. 219- 225 (2017)	VARNIER, T. R.; GOMES, I. M.	UFES	Políticas Públicas
Análise discursiva sobre promoção da saúde no programa academia da cidade de Belo Horizonte	V. 41. N. 2. P. 163-168, 2019	MACIEL, M. G.; SARAIVA, A. S.; MARTINS, J. C. O.; MEURER, S. T.	UFMG	Promoção da Saúde
Avaliar As práticas corporais no campo da saúde: o que podem os diálogos entre educação física e saúde coletiva	V. 39. N. 4. P. 458-460, 2017	HEROLD JUNIOR, C.	UEM	Políticas Públicas
Entre a composição e a tarefa: estudo de caso sobre a inserção da educação física em um serviço de saúde mental	V. 39. N. 2. p. 176-182, 2017	FERREIRA, L. A. S.; DAMICO, J. G. S.; FRAGA, A. B.	UNISINOS UFRGS	Promoção da Saúde
Percepção dos idosos quanto aos benefícios da prática da atividade física: um estudo nos Pontos de Encontro Comunitário do Distrito Federal	Vol. 41. n. 2. p. 142-149, 2019)	AZEVEDO FILHO, E. R.; CHARIGLIONE, I. P. F. S.; SILVA, J. T. C.; VALE, A. M. S.; ARAÚJO, E. K. H. S.; SANTOS, M. F. R.	UCB	Políticas Públicas
Grupo de convivência para idosos: o papel do profissional de educação física e as motivações para adesão à prática de atividade física	Julho, 2019	LIMA, A. P.; GIACOMAZZI, R. B.; SCORTEGAGNA, H. M.; PORTELLA, M. R.	IELUSC Universidade de Passo Fundo	Políticas Públicas

Fonte: Leal; Ressurreição (2019)

QUADRO II – Produção na Revista Journal of Physical Education (UEM)

Título do artigo	Ano, Pub. e N°.	Autores	Inst.	Descritor
O sentido de saúde e as implicações para a prática de educação física em idosos	Vol. 22 n. 1 p. 129-138 2011	MATSUO, R. F., VELARDI, M.; MIRANDA, M. L. J.	Universidade São Judas Tadeu	Promoção de saúde

Fonte: Leal; Ressurreição (2019)

QUADRO III – Produção na revista Movimento

Título do artigo	Ano, Pub. e N°.	Autores	Instituição	Descritor
A inserção do profissional de educação física na estratégia saúde da família em uma capital do norte do brasil	v. 18, n. 2, abr./jun. 2012	PEDROSA, O. P.; LEAL, A. F.	IFRO UFRGS	Políticas públicas
Práticas corporais e atividades físicas na atenção básica do sistema único de saúde: ir além da prevenção das doenças crônicas não transmissíveis é necessário	v. 22, n. 2, abr./jun. 2016	CARVALHO, F. F. B.	ENSP FIOCRUZ	Promoção da Saúde
Educação física nas diretrizes da Unesco: o paradigma da aptidão física e da saúde na formação do capital humano	v. 25, jan./ dez. 2019	FRIZZO, G.; SOUZA, M. S.	UFPEL UFSM	Promoção da Saúde
Os "pesos" de ser obeso: traços fascistas no ideário de saúde contemporâneo	v. 18, n. 4, out./dez. 2012	OLIVEIRA, A. P.; ASSIS, M.; VILAÇA, M.; ALMEIDA, M. N.	UFRJ UGF RJ UFRJ UGF RJ	Promoção da Saúde
O (des)encontro entre as práticas corporais e a atividade física: hibridizações e borramentos no campo da saúde	v. 20, n. 1, jan./mar. 2014	DAMICO, J.; KNUTH, A. G.	UFRGS FURG	Promoção da Saúde

Fonte: Leal; Ressurreição (2019)

QUADRO IV – Produção na revista Pensar a Prática

Título do artigo	Ano, Pub. e N°.	Autores	Instituição	Descritor
Outros... Lugares e modos de "ocupação" da educação física na saúde coletiva/saúde pública	V. 21. N. 4. 2018	CARVALHO, F.; CARVALHO, Y.	USP	Políticas públicas e Promoção de saúde
Educação física e saúde mental: atuação profissional nos centros de atenção psicossocial	Vol. 22 n. 1 p. 129-138 2011	SILVA, T. M. C.; SANTOS F. M.; SILVA, R. C. B.; OLIVEIRA, H. L. R.; ILHA, P. V.; GRAUP, S.	Universidade Federal do Pampa	Promoção de saúde
Lazer, saúde e intervenção com pessoas idosas: percepções sobre essas temáticas no contexto da educação física	Vol. 19. n. 4. 2016	ABADE, N. S. N.; GOMES, C. L.	UFMG	Promoção de saúde
Relações da educação física com o programa saúde na escola: visões dos professores das escolas de Vitória/ES	V. 18 N 3 2015	OLIVEIRA, V. J.; MARTINS, I.; BRACHT, V.	UFES	Promoção de saúde

Fonte: Leal; Ressurreição (2019)